

Esporte e educação: A escola como espaço de desenvolvimento infantil

Sport and education: The school as a space for child development

Deporte y educación: La escuela como espacio de desarrollo infantil

Recebido: 03/12/2025 | Revisado: 04/12/2025 | Aceitado: 04/12/2025 | Publicado: 05/12/2025

Alessandro Aguiar de Paula

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7829-1037>
Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, Brasil
E-mail: psicoaguiar@outlook.com

Antônio Gabriel Matos da Costa

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5500-3735>
Centro Universitário Filadélfia, Brasil
E-mail: antoniogabriel@edu.unifil.br

Giovanni Rosseto Avanzo Almondes

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4227-2082>
Centro Universitário Filadélfia, Brasil
E-mail: gioalmondes@edu.unifil.br

Lucas de Oliveira Araujo

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0304-4775>
Centro Universitário Filadélfia, Brasil
E-mail: lucas.oliveira1@edu.unifil.br

Mateus Nino Lima

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2754-3381>
Centro Universitário Filadélfia, Brasil
E-mail: mateusnino@edu.unifil.br

Odete Sidericoudes

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3006-8713>
Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, Brasil
E-mail: sidericoudes@gmail.com

Resumo

O desenvolvimento infantil é um processo contínuo e interdependente que envolve transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais, sendo influenciado por fatores biológicos, psicológicos e ambientais. Este estudo tem como objetivo analisar a importância das atividades físicas e esportivas no desenvolvimento integral da criança, considerando aspectos cognitivos, motores, sociais e emocionais, bem como o papel da escola, da família e das políticas públicas nesse processo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, fundamentada em autores como Piaget, Gallahue e Ozmun, que abordam o desenvolvimento cognitivo, motor e psicomotricidade, além de diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e estudos recentes sobre desenvolvimento humano, esporte e educação. Os resultados indicam que a prática de atividades físicas e esportivas contribui significativamente para o aprimoramento de habilidades motoras, cognitivas e socioemocionais, promovendo a socialização e o autoconceito. Ademais, a escola em especial se destaca como mediadora essencial entre o conhecimento e a experiência corporal, promovendo não apenas o desenvolvimento físico, mas também valores e vínculos sociais. Conclui-se que o incentivo à atividade física desde a infância é essencial para o desenvolvimento saudável e integral do sujeito, devendo ser compreendido como parte de um processo educativo e social que envolve família, escola e comunidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil; Atividade esportiva; Educação física escolar; Ambiente familiar e comunitário; Psicologia do esporte.

Abstract

Child development is a continuous and interdependent process involving physical, cognitive, emotional, and social transformations, influenced by biological, psychological, and environmental factors. This study aims to analyze the importance of physical and sporting activities in the integral development of the child, considering cognitive, motor, social, and emotional aspects, as well as the role of the school, family, and public policies in this process. This is a bibliographic and qualitative research study, based on authors such as Piaget, Gallahue, and Ozmun, who address cognitive, motor, and psychomotor development, as well as guidelines from the Statute of Children and Adolescents (ECA) and recent studies on human development, sports, and education. The results indicate that the practice of physical and sporting activities significantly contributes to the improvement of motor, cognitive, and socio-emotional skills, promoting socialization and self-concept. Furthermore, the school, in particular, stands out as an essential mediator between knowledge and bodily experience, promoting not only physical development but also values and

social bonds. It is concluded that encouraging physical activity from childhood is essential for the healthy and integral development of the individual and should be understood as part of an educational and social process that involves family, school and community.

Keywords: Child development; Sports activity; School physical education; Family and community environment; Sports psychology.

Resumen

El desarrollo infantil es un proceso continuo e interdependiente que implica transformaciones físicas, cognitivas, emocionales y sociales, influenciadas por factores biológicos, psicológicos y ambientales. Este estudio busca analizar la importancia de las actividades físicas y deportivas en el desarrollo integral del niño, considerando los aspectos cognitivos, motores, sociales y emocionales, así como el papel de la escuela, la familia y las políticas públicas en este proceso. Se trata de una investigación bibliográfica y cualitativa, basada en autores como Piaget, Gallahue y Ozmun, que abordan el desarrollo cognitivo, motor y psicomotor, así como las directrices del Estatuto de la Niñez y la Adolescencia (ECA) y estudios recientes sobre desarrollo humano, deporte y educación. Los resultados indican que la práctica de actividades físicas y deportivas contribuye significativamente a la mejora de las habilidades motoras, cognitivas y socioemocionales, promoviendo la socialización y el autoconcepto. Además, la escuela, en particular, se destaca como un mediador esencial entre el conocimiento y la experiencia corporal, promoviendo no solo el desarrollo físico, sino también valores y vínculos sociales. Se concluye que fomentar la actividad física desde la infancia es esencial para el desarrollo saludable e integral del individuo, y debe entenderse como parte de un proceso educativo y social que involucra a la familia, la escuela y la comunidad.

Palabras clave: Desarrollo infantil; Actividad deportiva; Educación física escolar; Entorno familiar y comunitario; Psicología del deporte.

1. Introdução

O desenvolvimento infantil constitui um processo dinâmico, contínuo e multifatorial, resultante da interação entre fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais. A infância, compreendida legalmente como o período que se estende do nascimento até os 12 anos de idade incompletos, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), representa uma das fases mais significativas da vida humana, marcada por intensas transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Nessa etapa, o indivíduo constrói as bases de sua identidade, das suas relações afetivas e de sua inserção no meio social, sendo essencial garantir condições que favoreçam o seu desenvolvimento integral.

Sob uma perspectiva psicológica, autores como Piaget (1964) e Erikson (1976;1987) contribuíram de forma decisiva para a compreensão das dimensões cognitivas e psicossociais do desenvolvimento, ao passo que teóricos como Gallahue e Ozmun (2001) aprofundaram-se nas dimensões motoras e físicas, destacando a importância das experiências corporais na formação global da criança. A integração entre corpo e mente, movimento e cognição, revela-se, portanto, como eixo fundamental para compreender o processo de desenvolvimento humano.

Nesse contexto, o ambiente exerce papel determinante. Família, escola e comunidade constituem sistemas interligados que influenciam diretamente as oportunidades de aprendizagem e socialização da criança. A escola, em especial, destaca-se como espaço privilegiado de formação e desenvolvimento integral, ao possibilitar vivências corporais, cognitivas e emocionais que ampliam as potencialidades individuais e coletivas. A disciplina de Educação Física, nesse cenário, assume relevância singular, ao propor práticas que vão além do exercício físico, favorecendo a construção de valores como cooperação, empatia, autonomia e respeito às singularidades (Nista-Piccolo, 2017 & Covre, 2021).

As práticas esportivas, por sua vez, configuram-se como importantes mediadoras nesse processo. Diversos estudos indicam que o esporte, quando devidamente orientado e adaptado às etapas do desenvolvimento infantil, pode contribuir para o aprimoramento motor, o equilíbrio emocional e a formação ética e social do sujeito (Galatti et al., 2017; Araújo, 2019; Teles et al., 2025). O contato com o movimento, os jogos e as interações em grupo estimulam funções cognitivas, promove o bem-estar e reforça os vínculos afetivos e sociais, tornando-se uma ferramenta educativa essencial para a construção de uma infância saudável e participativa.

Entretanto, apesar do reconhecimento de sua importância, ainda existem desafios significativos na promoção do esporte e da atividade física infantil. As desigualdades sociais, a carência de infraestrutura, a falta de políticas públicas efetivas e a formação inadequada de profissionais são fatores que limitam o acesso das crianças a práticas corporais de qualidade (Monteiro, 2022; Bispo et al., 2022). Tais limitações evidenciam a necessidade de políticas integradas entre Educação, Esporte e Saúde, capazes de assegurar a todas as crianças o direito ao movimento e ao pleno desenvolvimento.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a importância das atividades físicas e esportivas no desenvolvimento integral da criança, considerando aspectos cognitivos, motores, sociais e emocionais, bem como o papel da escola, da família e das políticas públicas nesse processo. Busca-se compreender como o movimento e o ambiente social influenciam as dimensões físicas, cognitivas e socioemocionais do desenvolvimento, considerando ainda o papel das famílias, da escola e de políticas públicas nesse processo. A pesquisa propõe-se, assim, a evidenciar que o esporte e a Educação Física são instrumentos formativos indispensáveis para o fortalecimento da cidadania, da autonomia e do bem-estar infantil.

2. Aspectos Gerais do Desenvolvimento Infantil

Inicialmente, para elaboração da pesquisa no que diz respeito ao tema do presente trabalho, há a necessidade de discorrer acerca dos aspectos gerais da infância, considerada dentre o período de nascimento até os 12 anos incompletos do indivíduo, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990). Manifesta-se como um processo contínuo e de transformação das habilidades motoras, cognitivas e psicossociais, à medida que a criança aprende e domina atividades do cotidiano de forma mais complexa (Souza & Veríssimo, 2015). Vale ressaltar que, esses três principais aspectos estão intrinsecamente conectados, cada um afetando o outro e, conseqüentemente, o indivíduo (Papalia & Martorell, 2022).

No que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, referindo-se à capacidade da criança de perceber, compreender e interagir com o mundo ao seu redor, os estudos do psicólogo e biólogo Jean Piaget são essenciais para a compreensão. O mesmo separava tal processo em 4 estágios, sendo eles: sensorio motor, pré-operacional, operacional concreto e operações formais. O contato com novos estímulos gera a necessidade de adaptação, promovendo um equilíbrio entre os conhecimentos prévios e os novos aprendizados. Tal equilíbrio entre assimilação e acomodação rege a passagem de um estágio para outro, resultado em uma reorganização do conhecimento (Piaget, 1964).

No estágio sensorio-motor, que ocorre do nascimento até aproximadamente os dois anos, o bebê desenvolve consciência de si e do ambiente por meio da percepção e ação (Papalia; Olds & Feldman, 2006). Nessa fase, a criança explora suas capacidades motoras e adquire a noção de permanência do objeto, conforme La Taille, Oliveira e Dantas (1992). Seguindo, há o estágio pré-operacional, ocorrendo dos 2 aos 7 anos, em que a criança ainda é egocêntrica, possui conceitos iniciais confusos e tende a atribuir vida a objetos inanimados, condição conceituada como animismo, segundo Piaget (1964). Posteriormente, o teórico desenvolve acerca do estágio das operações concretas, entre 7 e 11 anos, em que há melhora na compreensão espacial, diminuição do egocentrismo e capacidade de refletir sobre ações próprias, embora o raciocínio ainda dependa de ideias concretas (Rappaport; Fiori & Davis, 1981; Papalia; Olds & Feldman, 2006).

Por fim, o estágio das operações formais, a partir dos 12 anos, corresponde ao início da adolescência. O indivíduo desenvolve raciocínio abstrato e hipotético-dedutivo, capacidade crítica, construção de valores e formação da identidade pessoal, assim como discorrido por Rappaport, Fiori & Davis (1981) e Piaget (1999).

Em suma, compreende-se que cada fase/estágio possui papel fundamental na constituição do sujeito. Uma criança que vivencia plenamente o estágio sensorio motor, por exemplo, terá uma base sólida para as fases seguintes (Papalia, 2013).

Prosseguindo, em relação ao desenvolvimento físico e motor do indivíduo, pode-se conceituá-lo referindo-se ao processo de mudanças motoras decorridas ao longo da vida, ocasionada pela interação do indivíduo com as tarefas realizadas,

com o ambiente em que o mesmo se encontra e a fatores biológicos, assim como discutido por Gallahue, Ozmun & Goodway (2013).

Além disso, Oliveira e Souza (2013) dissertam acerca do conceito de psicomotricidade, definindo-a como a ciência que estuda o homem através de seu corpo, juntamente às suas relações exercidas, além de sua capacidade de se movimentar com intenção. Fonseca (2018) acrescenta aporte teórico à esta ideia, colocando sua perspectiva de que psicomotricidade é definida como um campo de atuação que estuda relações entre psiquismo e motricidade.

Gallahue e Ozmun (1989) desenvolvem o conceito de algumas fases consideradas como basilares e essenciais para o desenvolvimento motor - decorridas até os 7 anos de idade, aproximadamente - sendo elas definidas por: estágio inicial, caracterizado pela habilidade motora essencial do ser, em que a estrutura do movimento é rudimentar; estágio elementar, conceituado como a fase em que os movimentos fundamentais ocorrem de forma ordenada e comandada, mas ainda limitados e exagerados; e, por fim, o estágio maduro, em que a criança desenvolve melhor seu comportamento motor, visto que realiza movimentos de forma ponderada, hábil e organizada.

Ademais, os movimentos são caracterizados por Gallahue e Ozmun (1995; 2001) como estabilizadores, locomotores e manipulativos. No que concerne aos movimentos estabilizadores, o indivíduo é colocado contra a gravidade, de forma com que o mesmo possui intenção de se estabelecer em sua forma vertical; movimentos que iniciam na exploração de seu espaço. Posteriormente, há a categoria dos movimentos locomotores, que envolvem a projeção do corpo de um espaço externo para um ponto fixo de superfície, assim como caminhar, correr, saltar, entre outros. Por fim, no que diz respeito aos movimentos manipulativos, é possível referenciá-los a manipulações motoras, como arremessar, chutar, interceptar, etc., o que situa a relação do ser com o objeto (Gallahue & Ozmun, 1995).

Dessa forma, conclui-se que o desenvolvimento infantil é um processo complexo, contínuo e interdependente, no qual aspectos cognitivos, físicos e motores se articulam de maneira integrada para a constituição plena do indivíduo. As contribuições teóricas apresentadas, especialmente por Piaget, Gallahue, Ozmun e demais autores citados, evidenciam que cada etapa vivenciada pela criança desempenha função determinante na aquisição de novas habilidades e na consolidação de competências essenciais para sua vida futura.

2.1 Fases da infância

A divisão do ciclo de vida em diferentes estágios é uma construção social, ou seja, não há uma divisão objetiva em momentos em que o indivíduo se torna adolescente ou atinja a fase adulta, fazendo com que o conceito de infância se torne variável a diversas culturas e períodos históricos (Papalia & Martorell, 2022). Como exemplo, é possível citar a relativa liberdade que as crianças possuem em diversos países ocidentais, e relacioná-la a forma com que os indivíduos de idade semelhante, mas em tempos coloniais, não tinham visto que precisavam realizar tarefas de adultos, como tricotar meias e fiar a lã (Ehrenreich & English, 2005).

O desenvolvimento humano - nas sociedades industriais ocidentais - é usualmente dividido em 8 fases, em que 4 delas são relacionadas ao período da infância (levando em consideração de que a primeira fase desenvolvida se refere ao período pré-natal), sendo elas: período pré-natal (da concepção ao nascimento) - caracterizado pela fecundação, dotação biológica, crescimento físico acelerado, e feto que responde à voz da mãe e inicia o processo de afeto com a mesma (Papalia & Martorell, 2022).

Seguindo, há a fase da primeira infância (0 a 3 anos), em que o cérebro se desenvolve rapidamente, favorecendo as capacidades cognitivas, motoras e psicossociais. Na segunda infância (3 a 6 anos), o crescimento continua de forma constante, com aprimoramento das habilidades motoras, memória e linguagem, além do desenvolvimento da empatia e da compreensão de que os outros possuem pensamentos e sentimentos distintos. Socialmente, o indivíduo conquista maior autonomia,

autocontrole, inicia a construção da identidade de gênero e amplia suas relações além do núcleo familiar. Por fim, na terceira infância (6 a 11 anos), o crescimento torna-se mais gradual, acompanhado de boa saúde e força física, enquanto o egocentrismo diminui, surge o pensamento lógico-concreto e o autoconceito se torna mais complexo, o que pode gerar crises de autonomia. Nessa fase, os colegas passam a exercer papel central, causando certo afastamento dos pais, inclusive, conforme discutido por Papalia e Martorell (2022).

Ademais, no que diz respeito a fases da infância, Erik Erikson foi um importante psicólogo teuto-americano que desenvolveu e dissertou acerca de estágios psicossociais ao criar a *Teoria do Desenvolvimento Psicossocial*, que amplia os conceitos freudianos ao considerar o ser humano como um ser social, influenciado pela cultura e pelo meio em que vive (Rabello, 2001). Para o autor, o desenvolvimento ocorre em estágios nos quais o indivíduo enfrenta conflitos que moldam sua personalidade, e o equilíbrio entre eles é fundamental para um ego saudável, conforme Bee (2003). Neste contexto, cada fase representa a interação entre fatores biológicos e sociais, mostrando que o desenvolvimento é contínuo e se estende por toda a vida, não apenas pela infância (Carpigiani, 2010).

Nos primeiros quatro estágios, que ocorrem na infância, Erikson descreve conflitos essenciais: o bebê aprende a confiar no cuidador (Confiança versus Desconfiança); a criança pequena experimenta autonomia e limites (Autonomia versus Vergonha e Dúvida); na idade pré-escolar, desenvolve iniciativa e aprende a lidar com a culpa (Iniciativa versus Culpa); e, por fim, no início da vida escolar, busca competência e reconhecimento (Diligência versus Inferioridade). O equilíbrio entre apoio e frustração em cada etapa é o que sustenta o desenvolvimento saudável do ego (Erikson, 1976; 1987).

Em síntese, as fases do desenvolvimento psicossocial propostas por Erikson, articuladas com a compreensão das etapas da infância descritas por Papalia e Martorell (2022), revelam que o crescimento humano resulta de uma interação complexa entre fatores biológicos, sociais, culturais e individuais. No contexto da infância, a qualidade das relações, o estímulo ao aprendizado e o respeito ao ritmo de desenvolvimento são determinantes para que o indivíduo construa bases sólidas para as etapas subsequentes da vida.

2.2 A criança no contexto legal: concepções a partir do ECA

A construção das normativas sobre os direitos de crianças e adolescentes resulta de transformações históricas marcadas por vulnerabilidades e contextos de guerra. Após as duas Guerras Mundiais, a Europa enfrentou elevado número de crianças órfãs, o que motivou a criação de instrumentos internacionais como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* em 1948, e a *Declaração dos Direitos da Criança* em 1959 (Leite, 2009). No Brasil, desde o período colonial, a infância foi marcada por desigualdade e exploração, atingindo povos indígenas, africanos e filhos de colonos pobres, segundo Priore (2000). Com a industrialização, persistiram vulnerabilidades, evidenciadas nos estudos sobre crianças operárias e trabalhadoras, como o de Moura et al. (2000), Rizzini (2000) e Abreu (2000).

A noção legal de “menor” consolidou-se com o *Código de Menores* de 1927, que vinculava pobreza à marginalidade e legitimava a intervenção do Estado (Frota, 2007), lógica mantida no novo código de 1979, segundo Faleiros (1995). Na década de 1980, o processo de redemocratização e os movimentos sociais, como o *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua* (MNMMR), impulsionaram campanhas - como *Criança e Constituinte* em 1986, e *Criança Prioridade Nacional* em 1987 - que influenciaram a Constituição de 1988, incorporando a Doutrina da Proteção Integral, também presente na *Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança* em 1989 (MNMMR, 1995).

O MNMMR foi essencial para a inclusão do artigo 227, que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e define a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado. O movimento contribuiu também para a criação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), em 1990, conforme De Jesus (2021). No entanto, o paradigma do

ECA ainda convive com antigas concepções tutelares, o que revela embates simbólicos e a necessidade de políticas públicas que consolidem a infância como prioridade nacional (Pinheiro, 2004 *apud* De Jesus Krominski; Lopes & Fonseca, 2020).

2.3 Atividade física e o esporte na infância

A prática de atividades físicas é de suma importância para promover a saúde e a formação integral da criança. Realizada de maneira correta e supervisionada, tal comportamento pode favorecer diversos aspectos na vida do sujeito, seja de forma física, relacionando-se à manutenção de peso corporal, prevenção de doenças crônicas, melhor desenvolvimento de movimentos etc.; ou psicológica, visto que exerce função biológica e social, promovendo a saúde mental (Dumith et al., 2021).

Além disso, a probabilidade de que uma criança fisicamente ativa se torne um adulto também ativo é maior do que o oposto, ou seja, “[...] promover a atividade física na infância e na adolescência significa estabelecer uma base sólida para a redução da prevalência do sedentarismo na idade adulta, contribuindo desta forma para uma melhor qualidade de vida” (Araújo, 2019, p. 5).

Neste contexto, vale frisar que, de acordo com Caspersen, Powell e Christenson (1985), atividade física corresponde a um gasto de energia maior do que em estado de inércia causado por qualquer deslocamento espontâneo; enquanto exercício físico, por outro lado, se refere a uma atividade física organizada e realizada de maneira repetida, com o intuito de melhorar ou manter o condicionamento físico.

Por outro lado, no que diz respeito a esportes propriamente ditos, Barbanti (2006) os caracteriza como uma prática competitiva institucionalizada que demanda esforço físico significativo e habilidades motoras complexas, sendo impulsionada por motivações de ordem intrínseca e extrínseca.

Sendo assim, é possível notar que tais práticas introduzem regras, papéis sociais, e valores como cooperação e respeito às diferenças, segundo Oliveira, Silva Filho e Elicker (2014). Já a atividade física, de forma geral, auxilia no alívio de tensões, renovação de energia, promoção de relaxamento e prazer (Silva; Santos Silva & Neto, 2017).

Ademais, muitas das atividades motoras fundamentais para o desenvolvimento pleno do indivíduo estão presentes em diversos jogos e esportes, assim como situado por Gallahue e Ozmun (2001). Ainda, destaca-se a importância da motricidade global, que se refere à coordenação de movimentos voluntários dos grandes segmentos corporais, como engatinhar, andar, correr e saltar, sendo essencial para aprendizagens posteriores (Almeida, 2007). Por outro lado, autores como Galatti et al. (2017), ao conduzirem uma pesquisa no âmbito do futebol infantil, constataram que a modalidade não favorece apenas o desenvolvimento motor, mas também atua na construção de valores como empatia, responsabilidade, respeito, entre outros.

Uma revisão de literatura conduzida por Souza Ribeiro et al. (2025), complementa o que se é discutido anteriormente, utilizando-se do foco em modalidades de artes marciais, dado que “[...] As Artes Marciais, em particular, oferecem um ambiente estruturado que promove disciplina, resiliência e autoestima, que são cruciais para o desenvolvimento holístico dos jovens [...]” (Souza Ribeiro et al., 2025, p. 5). Além disso, frente à discussão referente à inatividade física em crianças e adolescentes, as artes marciais são meios eficazes de combater tais acontecimentos, além de promover um estilo de vida saudável, reduzindo riscos de comorbidades físicas, cognitivas etc. (Garbeloto et al., 2023; Ivanovic, 2024).

Vale ressaltar a importância de que, ao promover atividades físicas e desportivas, sejam consideradas as especificidades para cada faixa etária, de forma que, para a faixa etária de 5 a 7 anos, o desenvolvimento das atividades deve ser lúdico, participativo, descontraído, estimulando a imaginação, além de visar ampliar o repertório motor. Para crianças de 8 a 10 anos, por sua vez, é importante vivenciar uma maior diversidade de modalidades esportivas, visando evitar a repetição, por levar à estabilização da aprendizagem. Na última fase analisada – de 11 a 12 anos de idade – é proposto o ensino de

situações de jogo, sistemas ofensivos, defensivos etc., conforme fora constatado por pesquisas de Tani e Corrêa (2021), e Papalia e Martorell (2021).

Em suma, evidencia-se que a prática de atividades físicas e esportivas desempenham papel essencial no pleno desenvolvimento integral da criança. As práticas abordadas nesta pesquisa não exercem influências significativas apenas no que diz respeito à saúde física e mental, mas também à valores essenciais para o convívio social. Ademais, conclui-se que o incentivo à atividade física desde os primeiros anos de vida – respeitando as devidas fases de desenvolvimento – promove a construção de hábitos saudáveis e impacta de maneira considerável seu desempenho social e bem-estar geral.

2.4 A educação física escolar e o desenvolvimento integral da criança

O ambiente escolar também desempenha papel fundamental no processo averiguado do presente estudo. Conforme apontado no *Guia de Atividade Física para a População Brasileira* (Brasil, 2021), as aulas de educação física influenciam de maneira positiva na saúde física, mental, motora e social das crianças. Ainda, o guia aponta que as aulas da disciplina devem ser obrigatórias para todos os anos de educação básica, tendo em vista que não só ensinam habilidades técnicas, mas também promovem a socialização entre os alunos, os ajudando a construir amizades e desenvolver senso de pertencimento. Notou-se essa relevância especialmente durante a pandemia de COVID-19, visto que durante esse período foi necessário o fechamento de locais públicos e escolas, interferindo diretamente na realização de atividades físicas e impactando emocionalmente e fisicamente as crianças (Santos; Zechin & Zechin, 2025).

Além disso, as aulas de educação física incorporadas com um ambiente escolar inclusivo e boa estrutura física são essenciais para garantir que todas as crianças possam se beneficiar das atividades físicas. Assim sendo, o aumento da prática está associado às características de cada escola, como o tipo de ensino (integral ou regular), o número de aulas de educação física, a qualidade das estruturas físicas, a disponibilidade de espaços e materiais, bem como as programações oferecidas no contraturno (Pacífico, 2023).

Ainda, vale ressaltar que a presença de um professor qualificado possibilita experiências diversificadas que promovem a socialização, o aprendizado e a construção da autonomia, colaborando para a formação de sujeitos críticos e participativos na sociedade (Brasil, 1997). O profissional de educação física atua como mediador do movimento e da aprendizagem, utilizando o corpo como linguagem de expressão, possibilitando que a criança explore, experimente e compreenda seu próprio corpo, limites e potencialidades. A disciplina oferece experiências relacionadas à brincadeiras, jogos e atividades rítmicas, favorecendo o desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas, bem como competências socioemocionais, como empatia, cooperação e resiliência (Nista-Piccolo, 2017).

Além disso, a disciplina articula-se com outras áreas do conhecimento e com os conteúdos curriculares, de modo a respeitar o ritmo da criança, integrando práticas lúdicas e pedagógicas que estimulam o raciocínio, a criatividade e a participação ativa. Atividades de equilíbrio, coordenação, lateralidade e psicomotricidade são fundamentais para o desenvolvimento corporal e da autonomia, ao tempo em que contribuem para a formação de hábitos saudáveis e para o reconhecimento da importância da atividade física desde os primeiros anos de vida (Neira, 2008).

O brincar assume papel central nesse processo, sendo reconhecido como meio de expressão, exploração e apropriação cultural, essencial para o desenvolvimento integral da criança, segundo Covre (2021). A interação durante esta atividade promove a resolução de conflitos, a regulação emocional e a construção de relações sociais significativas, fortalecendo a autonomia e o protagonismo infantil. A ausência de atividades do componente curricular abordado, por outro lado, pode resultar em atrasos psicomotores, dificuldades de socialização e prejuízos no desenvolvimento cognitivo, afetivo e físico, destacando a necessidade de intervenção pedagógica qualificada desde os primeiros anos escolares (Miquelin et al., 2015; Lemos et al., 2016).

Vale ressaltar que, de acordo com Sayão (2002), a atuação do professor de educação física exige planejamento integrado com os pedagogos da instituição, respeitando os limites e interesses da criança, além de promover experiências significativas que contemplem o corpo, os gestos e os movimentos de forma lúdica e educativa. Essa prática favorece o vínculo entre escola, aluno e família, garantindo que os aprendizados adquiridos sejam contínuos e amplos, contribuindo para a formação de indivíduos capazes de interagir, expressar-se e compreender o mundo ao seu redor.

Dessa forma, aulas de educação física se revelam essenciais neste contexto, não apenas no que se refere ao desenvolvimento físico, mas também pelo estímulo à criatividade, autonomia e socialização. A disciplina atua como ferramenta pedagógica de transformação, dado que promove aprendizagens significativas e prazerosas, capazes de formar sujeitos conscientes de seus direitos, limites e potencialidades. A implementação de práticas intencionais e planejadas – alinhadas à *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) (Brasil, 2018) – garante que o corpo e o movimento se tornem elementos centrais na construção do conhecimento e na vivência cultural, social e afetiva do sujeito (D’ávila, 2016).

2.5 Influência do esporte no desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional das crianças

As atividades físicas na infância assumem papel fundamental ao proporcionar experiências motoras, lúdicas e interativas que favorecem a formação integral e o bem-estar global das crianças. Segundo Antunes (2004), a participação infantil em tais práticas desde os primeiros anos de vida estimula não apenas o aprimoramento motor, mas também o desenvolvimento das funções cognitivas, estabelecendo bases sólidas para a autonomia e para a vida adulta. Esse envolvimento com o movimento contribui para o fortalecimento da atenção, da memória e da capacidade de resolução de problemas, além de favorecer o equilíbrio emocional e o controle corporal.

Nessa perspectiva, estudos recentes têm buscado compreender os impactos das atividades físicas no desenvolvimento infantil. Uma pesquisa qualitativa conduzida por Teles et al. (2025) – realizada em duas escolinhas de futebol – revelou a forma com que os indivíduos analisados (de 4 ou 5 anos de idade e 11 meses) desfrutaram de benefícios decorrentes da modalidade esportiva. Dentre o público estudado, obteve-se o resultado de que – após 6 meses de treinos – os pais e responsáveis observaram melhorias significativas em diversas áreas, de forma que:

A resiliência emocional foi a competência mais destacada, com 40% dos entrevistados apontando melhorias nessa área. Além disso, 26,7% perceberam avanços na abertura ao novo, enquanto 20% observaram um melhor engajamento com os outros e 13,3% notaram desenvolvimentos em autogestão (Teles et al., 2025, p. 8761).

Lima e Cunha (2022) complementam que a integração entre movimento e controle motor é essencial para um crescimento equilibrado e para aprendizagens futuras. O domínio do próprio corpo e a coordenação motora refinada favorecem o sucesso em tarefas cotidianas e escolares, como a escrita, o desenho e a organização espacial. Dessa forma, o desenvolvimento motor e cognitivo caminham de forma interdependente, refletindo-se na autoconfiança, na criatividade e na capacidade de adaptação da criança diante de novos desafios.

A ludicidade destaca-se como uma estratégia eficaz durante o desenvolvimento infantil. Jogos e brincadeiras proporcionam um ambiente natural e prazeroso para a aquisição e o aperfeiçoamento das habilidades motoras, sem a pressão de resultados imediatos (Delvalle et al., 2021). As práticas lúdicas, além de favorecerem o desenvolvimento físico, fortalecem a socialização, o trabalho em equipe e o respeito às regras, segundo Maia, Farias e Oliveira (2020).

No campo cognitivo, a literatura evidencia que as práticas físicas potencializam funções como memória, atenção e concentração. Antunes (2004) aponta que o movimento, quando integrado ao pensamento, constitui um processo fundamental para a aprendizagem. Além disso, a atividade física está associada a melhorias no desempenho acadêmico em virtude do aumento do fluxo sanguíneo cerebral e da liberação de neurotransmissores que favorecem o aprendizado (Conde et al., 2021).

Outro aspecto importante diz respeito ao desenvolvimento social e emocional. Antunes (2004) enfatiza que atividades em grupo durante a infância favorecem a socialização e a compreensão das regras sociais. Barbosa e Assunção (2020) complementam ao apontar que a psicomotricidade também estimula a cooperação e a empatia, enquanto Maia, Farias e Oliveira (2020) destacam que jogos e brincadeiras ensinam as crianças a lidar com vitórias e derrotas de maneira saudável. Silva e Barbanera (2022), por sua vez, acrescentam que o desenvolvimento social advindo da prática física está relacionado à capacidade de comunicação e expressão das emoções, competências essenciais para a convivência em sociedade.

Portanto, o desenvolvimento infantil por meio das práticas de atividades físicas não se restringe aos aspectos motores, mas também engloba o estímulo das funções cognitivas, a socialização, a expressão emocional e a formação da consciência crítica. Quando planejadas de forma lúdica, inclusiva e diversificada, essas práticas configuram-se como uma das ferramentas mais eficazes para promover o crescimento integral da criança e estabelecer as bases de uma vida adulta ativa, saudável e socialmente participativa.

2.6 O papel do ambiente: família e comunidade

O ambiente em que o indivíduo está inserido é de suma relevância para seu desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à prática de atividades físicas e/ou esportivas. Segundo Samulski (2002), a motivação para prática esportiva na infância é decorrente de diversos fatores, sobretudo no que se refere a relação entre a personalidade do indivíduo com o ambiente que o cerca, como estímulos, facilitadores, influências sociais, entre outros. Além disso, Bento et al. (2017) corrobora ao situar que, ao que concerne à motivação extrínseca, as influências tendem a ser um grande motivador, especialmente no que diz respeito aos pais, professores, treinadores e pares. Ademais, o incentivo das figuras genitoras é essencial para que as crianças adquiram o pleno desenvolvimento de sua autoestima, controle e consciência de que seus pais as incentivam (Fonseca & Stela, 2015).

Ainda, Pacífico (2023) afirma que pais que realizam alguma atividade física tendem a aumentar a probabilidade de que seus filhos também realizem, desenvolvendo uma maior possibilidade de criar indivíduos mais ativos e saudáveis, visto que os responsáveis servem como modelo de comportamento.

Vale frisar que, além do incentivo, é importante que os pais acompanhem os filhos durante a prática de suas modalidades, visto que a criança possui oportunidade de competir e demonstrar suas habilidades (Harris, 1996; Baxter-Jones & Maffulli, 2003). Além disso, Torregrosa et al. (2008) afirmam que o apoio e aprovação parental corroboram para que os indivíduos sintam prazer com a prática, o que os estimula a seguir e comprometer-se cada vez mais.

Pesquisas recentes ratificam o que foi constatado anteriormente, como o estudo conduzido por Ribeiro et al. (2020), no qual foram analisados 392 sujeitos, grupo composto por crianças de 9 e 10 anos de idade. Os resultados indicam que o apoio social dos pais, sobretudo o hábito de acompanhar os filhos durante a prática de atividade física, esteve associado a uma maior probabilidade de que, especialmente os meninos, fossem classificados como suficientemente ativos, evidenciando a influência positiva do ambiente familiar sobre os níveis de atividade física infantil.

No entanto, vale frisar que a exigência e pressão excessiva dos genitores para com seus filhos, visando constantemente o alto nível, rendimento e necessidade da vitória, geram consequências negativas para o sujeito, como ansiedade, frustração e outros sentimentos aversivos, o que leva diversas vezes a desistência do esporte, assim como constatado por Fonseca, Mangini e Zechin (2013).

A comunidade, por sua vez, também oferece suporte significativo para a prática esportiva, visto que, dentre os aspectos motivacionais, estão incluídos não apenas o ambiente familiar e escolar, mas também à interações sociais externas e amizades, além da necessidade de que possuam infraestrutura adequada para tal prática. As crianças, em sua parcela

considerável, iniciam seus hábitos na atividade física como forma de lazer e/ou interações e influências sociais, o que ratifica a importância do local em que vive (Biernat & Buchholtz, 2016; Bento et al., 2017).

Além disso, afirma-se o quão imprescindível é a atividade esportiva especificamente em territórios de vulnerabilidade social, dado que, segundo Monteiro (2011), vulnerabilidade social se refere à, dentre outras coisas, precariedade moral e material, decorrentes de sua situação socioeconômica; complementado por Cardoso et al. (2021) ao frisar a necessidade de olhar para tais comunidades, o que pode ser compreendido ao relacionar-se com a suma importância de políticas públicas que promovam, de forma estruturada, a atividade física para as crianças, visando não apenas quesitos focados à saúde, mas também de inclusão social.

Ademais, observa-se que projetos e programas realizados em comunidades possuem papel fundamental não apenas na promoção de práticas esportivas propriamente ditas, visto que:

Programas que apresentam um caráter social envolvendo o esporte surgem constantemente. Na utilização dos espaços físicos participam pessoas capacitadas e responsáveis pela implantação de ações que vão além do esporte, como a promoção de hábitos saudáveis, capacitações de cidadania, estímulo a um melhor desenvolvimento motor, ou seja, executam-se ações de educação em saúde (Cardoso et al., 2021, p. 2).

Ante o exposto, nota-se a importância que o ambiente exerce sobre a criança para que a mesma adquira hábitos saudáveis e desenvolva práticas esportivas. O incentivo e acompanhamento parental promovem motivação e adesão, porém pressões excessivas podem gerar consequências negativas. Os programas comunitários, por sua vez, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, reforçam a inclusão, desenvolvimento de hábitos saudáveis e integração social, demonstrando que a interação equilibrada entre família e comunidade é essencial para formar crianças ativas e socialmente conscientes.

2.7 Limites e desafios na promoção do esporte infantil

A promoção do esporte na infância representa um dos maiores desafios enfrentados pelas políticas públicas educacionais e sociais no Brasil. Embora o esporte seja amplamente reconhecido como instrumento de formação integral da criança, sua efetiva implementação esbarra em fatores estruturais, pedagógicos e políticos. A escola, espaço privilegiado de socialização, torna-se o principal campo de promoção dessa prática, mas enfrenta limitações que comprometem o desenvolvimento esportivo das crianças. As políticas públicas têm papel central nesse processo, garantindo condições adequadas para a prática esportiva e o acesso a espaços de lazer. Para Liberato (2020), a implementação de políticas públicas ocorre em resposta às demandas dos cidadãos. Ball (2023), por sua vez, ressalta que o surgimento e a manutenção dessas políticas dependem da ação estatal e da mobilização social.

Monteiro (2022) aponta que praças, escolas e centros comunitários devem ser compreendidos como espaços públicos de promoção do esporte, contribuindo para a inclusão social. Contudo, a ausência de manutenção, a carência de equipamentos e a falta de professores preparados comprometem a efetividade dessas políticas, especialmente nas redes públicas de ensino. A BNCC (Brasil, 2018) reconhece a Educação Física como componente essencial para o desenvolvimento integral da criança e enfatiza que o esporte é um fenômeno cultural e educativo, destacando ludicidade, cooperação e valorização das diferenças.

Bispo et al. (2022) propõem a adoção dos chamados *clusters esportivos* como forma de política pública voltada ao esporte e lazer, identificando vocações esportivas de cada localidade e concentrando investimentos de acordo com o perfil sociocultural. Assim, o esporte é compreendido como eixo de integração entre Educação, Cultura e Cidadania. Castellani-Filho (2009) acrescenta a importância da gestão democrática e do controle social, defendendo diálogo entre poder público, academia e sociedade civil para tornar as políticas eficazes e socialmente justas.

O cenário esportivo brasileiro revela que os avanços ainda são insuficientes. Mascarenhas (2016) e Vieira et al. (2018) observam que investimentos durante grandes eventos esportivos não se traduziram em legado duradouro para novos atletas ou fortalecimento do esporte escolar. Vieira (2019), Francisco e Rother (2021) apontam que políticas como “Atleta na Escola” e “Segundo Tempo” não alcançaram resultados significativos, evidenciando fragilidade nos mecanismos de incentivo ao talento esportivo. Souza-Lima et al. (2020) defendem integração entre ciência, educação e cultura para aprimorar práticas esportivas.

Além disso, a formação do docente profissional de Educação Física deve ser considerada um requisito essencial da BNCC (Brasil, 2018), articulando-se à perspectiva de prospecção e desenvolvimento do talento esportivo percorrida por Schildkamp et al. (2020). Tal formação precisa contemplar competências que permitam ao professor atuar nas dimensões técnica, pedagógica e inclusiva, de modo que o esporte seja compreendido como prática educativa e fenômeno cultural, promotor de valores como respeito, cooperação e autonomia.

Conclui-se que os desafios enfrentados na promoção do esporte infantil estão relacionados à ausência de políticas públicas eficazes, à carência de infraestrutura e à descontinuidade das ações governamentais. A escola deve ser o principal eixo de implementação de políticas voltadas ao esporte, articulando práticas educativas, culturais e científicas, assegurando às crianças direito ao movimento, lazer e aprendizagem integral. Liberato (2020) e Ball (2023) defendem que a mobilização social e o compromisso público determinam o êxito das políticas esportivas, tornando o esporte instrumento de cidadania e inclusão.

3. Metodologia

O presente estudo compreende uma pesquisa de abordagem qualitativa fundamentada em autores como Gil (2008), Lakatos e Marconi (2010), Trindade e Faleiros (2021), e Souza, Silva e Carvalho (2010), sendo do tipo bibliográfica e exploratória (Snyder, 2019), desenvolvida por meio de uma revisão narrativa não sistemática da literatura (Rother, 2007). A pesquisa visa reunir e analisar criticamente a produção científica disponível sobre o tema “Esporte e Educação: A Escola Como Espaço de Desenvolvimento Infantil”, permitindo a identificação de conceitos-chave, avanços teóricos e lacunas no conhecimento. Os descritores empregados e combinados para busca nas variadas bases de dados foram: “desenvolvimento infantil”, “psicologia do esporte”, “esporte na infância”, “educação física escolar”, “psicomotricidade”, “habilidades socioemocionais” e “funções cognitivas”.

Para atender ao objetivo deste estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa fundamentada na legislação, em livros e artigos científicos relacionados ao tema. Entre os materiais analisados, destacam-se produções que abordam as influências do esporte no desenvolvimento infantil, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). A seleção dos autores e das obras consultadas ocorreu a partir de critérios de relevância e aderência à temática, buscando-se articular os dados normativos com as contribuições teóricas que embasam a discussão proposta.

Os critérios de inclusão envolveram publicações que abordam a relevância do tema, textos disponíveis em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, e que contenham estudos com crianças na faixa etária de 0 a 12 anos incompletos. Por outro lado, foram excluídos textos que tratam de adolescentes e/ou adultos, que focam apenas em esportistas de alto rendimento ou nível competitivo e que não apresentam respaldo teórico.

Após a seleção dos estudos, procedeu-se à análise do conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que envolve três etapas: pré-análise, com leitura flutuante e seleção do material relevante; exploração do material, com categorização das informações segundo os eixos temáticos definidos; e tratamento de interpretação dos resultados, relacionando os achados da literatura com os objetivos da pesquisa e com as contribuições teóricas identificadas.

4. Resultados e Discussão

O desenvolvimento infantil é um processo contínuo e integrado, envolvendo aspectos cognitivos, físicos, motores e socioemocionais, afetando-se um ao outro e conseqüentemente o indivíduo, assim como melhor discutido por teóricos como Piaget (1964), Gallahue e Ozmun (2001), Papalia e Martorell (2022).

A escolha da faixa etária de 0 a 12 anos incompletos justifica-se por corresponder ao período oficialmente reconhecido como infância pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990). Trata-se de uma fase marcada por intensos processos de crescimento físico, desenvolvimento motor, formação cognitiva e emocional, bem como pela construção de valores sociais e hábitos que tendem a perdurar na fase adulta.

Além disso, diversos estudos, como de Gallahue e Ozmun (2001), e Papalia (2013) destacam que é durante essa etapa que ocorrem os principais marcos do desenvolvimento psicomotor, em que o movimento e o jogo são instrumentos fundamentais para o aprendizado e a socialização. Assim, investigar o desenvolvimento infantil dentro dessa faixa etária permite compreender como a prática esportiva ou as experiências corporais contribuem para a formação integral da criança, tanto em termos biológicos quanto socioemocionais.

Dentre a presente pesquisa, é possível observar que a participação das crianças em atividades físicas e/ou esportivas, sejam estruturadas ou lúdicas, promovem avanços significativos na coordenação motora, na autonomia, no raciocínio lógico e nas competências emocionais, o que corrobora estudos de Antunes (2004) e Teles et al. (2025). Modalidades esportivas, como o futebol, favorecem resiliência emocional, cooperação, autogestão, além de introduzir regras, papéis sociais e valores como cooperação e respeito às diferenças (Oliveira; Silva Filho & Elicker, 2014).

Ao comparar a presença e a ausência da prática física na infância, observa-se um contraste marcante no que diz respeito ao desenvolvimento integral do indivíduo. Conforme proposto por Piaget (1964) e Gallahue & Ozmun (2001), atividades corporais estimulam o pensamento, a coordenação e o aprendizado por meio da ação, além de fortalecer aspectos emocionais e sociais (Papalia & Martorell, 2022). No entanto, por outro lado, a falta dessas práticas pode gerar dificuldades motoras, cognitivas e de socialização, assim como aponta Antunes (2004), o que limita o desenvolvimento integral proposto por teóricos apontados na revisão de literatura. Dito isso, a prática física atua como fator protetivo e formativo essencial, enquanto sua ausência acentua vulnerabilidades e restringe o potencial infantil.

O contexto familiar e comunitário desempenha papel fundamental e determinante na adesão e benefícios das práticas esportivas. Assim como percorrido por Samulski (2002), aspectos motivadores estão diretamente relacionados a fatores intrínsecos, referindo-se à personalidade do sujeito, por exemplo; e extrínsecos, como estímulos externos e influências sociais, especialmente dos pais, conforme corroborado por Bento et al. (2017). Programas comunitários, por sua vez, especialmente em áreas de vulnerabilidade social, promovem inclusão, socialização e conscientização de hábitos saudáveis (Cardoso et al., 2021), ratificando a importância de que o sujeito seja incentivado e motivado a desenvolver hábitos esportivos e saudáveis.

Tais influências são complementadas especialmente pelo ambiente escolar, visto que a escola é um espaço privilegiado de socialização e, em diversos casos, o principal contato que as crianças possuem com atividades físicas e esportivas, através da disciplina de Educação Física. Desde que associada a professores qualificados, planejamento pedagógico e infraestrutura adequada, aulas dessa disciplina favorecem competências motoras, cognitivas e socioemocionais, conforme indicado pelo *Guia de Atividade Física para a População Brasileira* (Brasil, 2021) e por Pacífico (2023). A combinação de atividades lúdicas, jogos e práticas motoras permite que a criança aprenda regras sociais, coopere com os colegas e desenvolva autonomia e autoestima, o que reforça a função educativa da disciplina (Nista-Piccolo, 2017; Maia; Farias & Oliveira, 2020).

Ademais, vale ressaltar que a atuação do professor do componente curricular citado exige planejamento integrado com os pedagogos da instituição, de maneira que promovam não apenas o desenvolvimento físico, mas também experiências que contemplem o corpo, os gestos e o movimento de maneira lúdica e educativa, conscientizando as crianças acerca da

importância de tais práticas, além de respeitar suas individualidades (Sayão, 2002). Tal perspectiva é reforçada por estudos recentes que discorrem acerca da formação docente em alinhamento às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), como apontam Schildkamp et al. (2020), cujas reflexões dialogam com os princípios do documento nacional, ao defenderem que a preparação dos professores deve estar de acordo com as competências e habilidades propostas pelo mesmo, de modo a garantir práticas pedagógicas coerentes com as demandas educacionais contemporâneas.

Portanto, os resultados obtidos indicam impacto direto na prática educativa, especialmente no reconhecimento da Educação Física como um componente essencial para o desenvolvimento integral. Nesse sentido, a escola não deve ser compreendida apenas como espaço de instrução cognitiva, mas também como ambiente ideal no que concerne à socialização, construção de vínculos, valores e competências socioemocionais, além de possuir proposta educativa visando a compreensão das crianças e suas famílias acerca da importância que a prática de atividades físicas e esportivas exerce sobre o sujeito.

A literatura destaca que a prática de atividades físicas e esportivas se mostra como fundamental para o desenvolvimento integral da criança, promovendo habilidades motoras, cognitivas e socioemocionais. No aspecto motor, favorecem o aprimoramento da coordenação corporal, equilíbrio e agilidade, além de fortalecerem a consciência corporal, segundo Gallahue e Ozmun (2001). Essas experiências motoras são fundamentais na infância, período em que o desenvolvimento psicomotor atua como base para a aquisição de habilidades mais complexas. Ademais, o movimento é o primeiro instrumento de expressão e de construção do conhecimento do sujeito sobre o ambiente (Antunes, 2004).

Ainda, do ponto de vista cognitivo, as práticas abordadas estimulam funções executivas como atenção, memória, planejamento e tomada de decisão, além de constituir um processo fundamental para aprendizagem (Antunes, 2004). Conde et al. (2021) complementam essa perspectiva, ao constatarem que o reflexo positivo no desempenho escolar e raciocínio lógico se dá devido ao aumento do fluxo sanguíneo cerebral e liberação de neurotransmissores favoráveis ao aprendizado. Além disso, segundo Piaget (1964), o desenvolvimento cognitivo é construído a partir da ação, e que o movimento possibilita que a criança organize o pensamento e compreenda relações espaciais e temporais.

No quesito socioemocional, as práticas realizadas em grupo proporcionam oportunidades de convivência e cooperação, o que favorece o aprendizado de valores como respeito, solidariedade, empatia e responsabilidade. Conforme observado por Maia, Farias e Oliveira (2020), e Teles et al. (2025), o esporte ensina a lidar com vitórias e derrotas, desenvolvendo resiliência e controle emocional. Essas vivências contribuem para o fortalecimento do autoconceito, da autoestima e da autorregulação emocional (Barbosa & Assunção, 2020; Silva & Barbanera, 2022). Ademais, o trabalho coletivo e a comunicação entre pares em ambientes esportivos estimulam a escuta ativa e o reconhecimento das diferenças - competências essenciais para a boa convivência em sociedade.

No entanto, apesar desses benefícios, a promoção do esporte infantil enfrenta desafios significativos, como infraestrutura insuficiente, descontinuidade de programas, ausência de políticas públicas eficazes e deficiências na formação profissional dos professores, assim como desenvolvido por autores como Mascarenhas (2016), Vieira et al. (2018), Vieira (2019), Francisco e Rother (2021). Tais limitações afetam, sobretudo, crianças em contextos de vulnerabilidade social, evidenciando a necessidade de integração entre Estado, famílias, escolas, comunidades, entre outros (Castellani-Filho, 2009; Bispo et al., 2022).

Portanto, para que tais práticas sejam efetivas, é necessário que ocorra integração entre estímulos e motivações internas e externas, como apoio familiar, qualidade pedagógica e existência de políticas públicas estruturadas, consolidando o esporte infantil como instrumento de educação, saúde e cidadania.

Apesar de os autores dialogarem em torno da relevância da atividade física para o desenvolvimento infantil, observam-se sutis diferenças em seus enfoques de estudos. Piaget (1964) compreende o movimento como meio de construção do pensamento, enquanto Gallahue & Ozmun (2001), por sua vez, o tratam como componente autônomo do desenvolvimento

motor. Antunes (2004) enfatiza a dimensão expressiva e simbólica do movimento, à medida que Papalia e Martorell (2022) destacam seus efeitos biopsicossociais. Autores contemporâneos, como Maia, Farias e Oliveira (2020) e Teles et al. (2025) ampliam essa visão ao integrar aspectos educacionais, socioemocionais e de políticas públicas, enquanto Monteiro (2022) aborda a perspectiva de que, além dos diversos benefícios decorrentes da atividade física amplamente discutidos, a promoção do esporte também contribui para a inclusão social; perspectiva que pode ser relacionada, sobretudo, ao Brasil e a maneira que esportes como o futebol unificam a população, devido a paixão nacional para com a modalidade esportiva que ultrapassa barreiras sociais. Isto posto, embora partam de perspectivas distintas, todos teóricos convergem na ideia de que a atividade física é essencial à formação integral da criança.

5. Conclusão

A realização do presente estudo possibilitou uma compreensão mais ampla sobre a importância das atividades físicas e esportivas no desenvolvimento integral da criança. A pesquisa buscou responder à questão: *Como a inserção de atividades físicas e/ou esportivas, sobretudo no contexto escolar, influenciou as diferentes dimensões do desenvolvimento infantil – física, cognitiva, emocional e social?*

Sendo assim, evidencia-se que tais práticas contribuem de forma expressiva para o aprimoramento das dimensões física, cognitiva, emocional e social, reforçando a ideia de que o movimento e o brincar são fundamentais na construção de uma infância mais saudável, ativa e equilibrada. Além de favorecerem o bem-estar e a coordenação motora, essas experiências estimulam habilidades como cooperação, disciplina, empatia e respeito ao outro. Por outro lado, a ausência de experiências corporais na infância tende a acarretar impactos significativos, como a limitação do repertório motor, aumento do sedentarismo, a dificuldade de interação social e o comprometimento de habilidades cognitivas. Tais consequências demonstram que o movimento é parte integrante da aprendizagem e da saúde, sendo a inatividade um fator de risco para o pleno desenvolvimento infantil.

Ainda, constatou-se que o contexto familiar, comunitário e escolar exerce influência direta na adesão às práticas corporais. A escola, especialmente, evidencia-se como espaço privilegiado para a vivência do movimento, através da Educação Física, que deve ser compreendida como componente curricular essencial, e não meramente recreativo. A atuação de professores qualificados, o planejamento pedagógico e a integração com outras áreas do conhecimento são fontes determinantes para que as experiências corporais cumpram seu papel educativo e formativo.

Os objetivos propostos foram devidamente alcançados, visto que se pôde analisar as contribuições do esporte para o desenvolvimento infantil, compreender a influência do ambiente familiar e comunitário na adesão às práticas físicas e refletir sobre os desafios enfrentados pelas instituições escolares no estímulo a essas atividades. O estudo também evidenciou que o apoio da família e da comunidade é indispensável, pois o incentivo, o exemplo e o afeto fortalecem o interesse das crianças e potencializam os resultados positivos do esporte na formação global do sujeito. Ademais, o presente estudo visa complementar a literatura que se tem sobre o tema, buscando trazer aporte teórico para debates e futuras pesquisas.

Do ponto de vista científico, a pesquisa reafirma a concepção de que o desenvolvimento infantil é um fenômeno integral e dinâmico, que envolve a interação constante entre corpo, mente e ambiente social. Já em termos sociais, reforça-se a necessidade de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso ao esporte e à educação física de qualidade, de modo a garantir que todas as crianças, independentemente de sua condição socioeconômica, possam vivenciar experiências corporais significativas e transformadoras.

Portanto, conclui-se que o esporte e a atividade física, sobretudo no ambiente escolar, desempenham um papel essencial na formação das crianças, estimulando aprendizagens, valores e atitudes fundamentais para a vida em sociedade. A integração entre escola, família e comunidade demonstra-se como indispensável para consolidar um processo educativo que

valorize o corpo, o movimento e o brincar como dimensões inseparáveis do desenvolvimento humano. Assim, o esporte reafirma-se como uma poderosa ferramenta de inclusão, educação e promoção da saúde, contribuindo de maneira efetiva para o crescimento integral e harmonioso das crianças.

Referências

- Abreu, M. (2000). In: Priore, M. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. 289-316. São Paulo: Contexto.
- Almeida, G. P. (2007). *Teoria e prática em psicomotricidade: jogos, atividades lúdicas, expressão corporal e brincadeiras infantis*. Copacabana: Wak.
- Antunes, C. (2004). *Educação infantil: prioridade imprescindível*. Petrópolis: Vozes.
- Araújo, D. R. F. de. (2019). *A importância da prática de esporte na infância e na adolescência* (Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Ciências e Educação e Saúde). Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/13862>.
- Ball, S. (2023). Education policy network analysis: The state of the art. *International Journal of Education Research*, 117(1), 102096-102119. https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10170136/3/Ball_Education%20policy%20network%20analysis_AAM.pdf.
- Barbanti, V. (2006). O que é esporte?. *Revista brasileira de atividade física & saúde*, 11(1), 54-58. <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/833/840>.
- Barbosa, N. S. & Assunção, J. R. (2020). Educação física e psicomotricidade: fatores associados ao desenvolvimento cognitivo infantil. *Diálogos e Perspectivas Interventivas*, 1, e9984. <https://www.revistas.uneb.br/index.php/dialogos/article/view/9984>.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Baxter-Jones, A. D. & Maffulli, N. (2003). Parental influence on sport participation in elite young athletes. *Journal of Sports Medicine and Physical Fitness*, 43(2), 250-255. <https://www.researchgate.net/publication/10667773>.
- Bee, H. (2003). Teorias do desenvolvimento. In: Bee, H. & Boyd, D. *A criança em desenvolvimento* (9ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Bento, G. et al. (2017). Motivação para a prática de atividades físicas e esportivas de crianças: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, 22(1), 13-23. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.22n1p13-23>.
- Biernat, E. & Buchholtz, S. (2016). The regularities in insufficient leisure-time physical activity in Poland. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 13(8), 798. <https://www.mdpi.com/1660-4601/13/8/798>.
- Bispo, M. et al. (2022). Orientação da Vocação Esportiva: uma revisão de literatura. *Revista de Investigación Cuerpo, Cultura y Movimiento*. Bogotá, 12(1), 1-28. <https://www.researchgate.net/publication/350777824>.
- Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular* (3ª ed.). Brasília, DF: Ministério da Educação – MEC. https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf.
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.
- Brasil. (2021). Ministério da Saúde. Secretária de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. *Guia de atividade física para a população brasileira*. Brasília. https://bvsm.sau.gov.br/bvsm/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf.
- Brasil. (1997). *PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF. <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>.
- Cardoso, A. A. R. et al. (2021). Educação em saúde no esporte com crianças e jovens em condição de vulnerabilidade social. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 34. <https://doi.org/10.5020/18061230.2021.10960>.
- Carpigiani, B. (2010). *Erik H. Erikson – Teoria do Desenvolvimento Psicossocial* (7ª ed.). http://www.carpsi.com.br/Newsletter_7_ago-10.pdf.
- Caspersen, C. J., Powell, K. E. & Christenson, G. M. (1985). Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. *Public health reports*, 100(2), 126-130. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC1424733/pdf/pubhealthrep00100-0016.pdf>.
- Castellani-Filho, L. (2009). *Metodologia do Ensino de Educação Básica*. São Paulo: Cortez.
- Cotê, J. et al. (2017). Quadro teórico para o desenvolvimento de valores pessoais no processo dinâmico de desenvolvimento pelo esporte. In: Gallati, L. R. et al. (orgs.). *Múltiplos cenários da prática esportiva: pedagogia do esporte*. Campinas: Editora da Unicamp, 2, 15-40. https://loja.editoraunicamp.com.br/DynamicItems/Catalog/ecbc05b7-4de8-4026-a9f5-387bf4ec9f9aaef46b7c-79bc-46bc-963b-073d08d98dadM%C3%BAltiplos_Cen%C3%A1rios_da_Pratica_Esportiva-Pedagogia_do_esporte-2_-_20pp_W65_W65.pdf?utm.
- Conde, C. et al. (2021). *Psicologia do esporte e do exercício: modelos teóricos, pesquisa e intervenção*. Belo Horizonte: Moderna.
- Covre, J. (2021). *Brincar é coisa séria!*. Vitória: Ceias. <https://ceiarvoredosaber.com.br/brincar-e-coisa-seria>.
- D'avilla, A. D. S. (2016). *Educação física na Educação Infantil: o papel do professor de Educação Física* (Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Educação Física). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. <http://hdl.handle.net/10183/157203>.

- De Jesus, N. F. (2021). *O movimento nacional de meninos e meninas de rua (MNMMR)*. <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/2021/05/TEXTO-MOVIMENTO-NACIONAL-MENINOS-E-MENINAS-DE-RUA-Neusa-Francisca.pdf?utm>.
- De Jesus Krominski, V., Lopes, R. R. & Fonseca, D. C. (2020). A normatização do conceito criança e adolescente numa perspectiva histórico cultural. *Cadernos de Pedagogia*, 14(30). <https://cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1478/556>.
- Delvalle, E. C. et al. (2021). Desenvolvimento motor na educação infantil e através da ludicidade. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(6), 1265-1277. <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1507>.
- Dumith, S. C. et al. (2021). Atividade física para crianças e jovens: guia de atividade física para a população brasileira. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, 26, 1-9. <https://doi.org/10.12820/rbafs.26e0214>.
- Ehrenreich, B. & English, D. (2005). *For her own good: two centuries of the experts' advice to women* (2ª ed.). New York: Anchor Books.
- Erikson, E. H. (1976). *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Erikson, E. H. (1987). *Infância e Sociedade* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Faleiros, V. D. P. (1995). Infância e Processo Político no Brasil (1995). In: Pilotti, F. & Rizzini, I. (Org.). *A arte de governar crianças*. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula.
- Fonseca, G. M., Mangini, R. & Zechin, F. (2013). Índice de permanência dos atletas nas categorias de base do futsal, uma análise longitudinal. *Revista Motriz*, 19(3), S288. Resumos do XIV Congresso Internacional de Motricidade Humana.
- Fonseca, G. M. M. & Stela, E. S. (2015). Família e esporte: a influência parental sobre a participação dos filhos no futsal competitivo. *Kinesis*, 33(2), 41-60. 105902/0102830813819.
- Fonseca, V. D. (2018). *Neuropsicomotricidade: Ensaio sobre as relações entre corpo, motricidade, cérebro e mente*. Rio de Janeiro: Editora Wak.
- Francisco, I. & Rother, R. (2021). Identificação de talentos esportivos na escola. *Revista Destaques Acadêmicos*, 13(2), 15-24. <https://doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v13i2a2021.2596>.
- Frota, A. M. M. C. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1), 147-160. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844613015>.
- Gallahue, D. L., Ozmun, J. C. & Goodway, J. D. (2013). *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos* (7ª ed.). Porto Alegre: AMGH.
- Gallahue, D. L. & Ozmun, J. C. (2001). *Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos* (1ª ed.). São Paulo: Phorte.
- Gallahue, D. L. & Ozmun, J. C. (1989). *Understanding motor development: infants, children, adolescents*. Carmel, In: Benchmark.
- Gallahue, D. L. & Ozmun, J. C. (1995). *Understanding motor development: infants, children, adolescents* (2ª ed.). Indianópolis: Brown & Benchmark Publishers.
- Garbeloto, F. et al. (2023). A new development approach for judô on health, physical, motor, and educational attributes. *International journal of environmental research and public health*, 20(3), 2260. <https://www.mdpi.com/1660-4601/20/3/2260>.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Harris, P. L. (1996). *Criança e emoção: o desenvolvimento da compreensão psicológica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ivanovic, M. (2024). Contribution of sports to the quality of life in childhood, preadolescence and adolescence. *Physical Education and Sport Through the Centuries*, 11(2), 67-80. <https://doi.org/10.5937/spes2402067I>.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2010). *Fundamentos de metodologia científica* (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- La Taille, Y., Oliveira, M. K. D. & Dantas, H. (1992). *Piaget Vygotsky Wallon: Teorias Psicogenéticas em discussão* (26ª ed.). São Paulo: SUMMUS.
- Lemos, N. M. N. et al. (2016). A ausência de aulas de Educação Física nas séries iniciais do Ensino Fundamental. *Anais III CONEDU*, Campina Grande: Realize Editora. <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/19666>.
- Leite, L. C. (2009). *Meninos de rua: a infância excluída no Brasil* (5ª ed.). São Paulo: Atual.
- Liberato, K. B. L. (2020). *Política pública e cidadania: avaliação da política nacional para a população em situação de rua a partir do centro POP do município de Fortaleza-CE* (Dissertação de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49687>.
- Lima, L. A. P. & Cunha, A. A. C. (2022). A relevância da psicomotricidade nas aulas de educação física na educação infantil. *RENEF*, 5(5), 156-166. <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renef/article/view/5217>.
- Maia, D. F., Farias, A. L. P. & Oliveira, M. A. T. (2020). Jogos e brincadeiras nas aulas de educação física para o desenvolvimento da criança. *Cenas Educacionais*, 3, e8623. <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/8623>.
- Mascarenhas, F. (2016). O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 30(4), 963-980. <https://doi.org/10.1590/1807-55092016000400963>.

- Miquelin, E. C. et al. (2015). *A educação física e seus benefícios para alunos do ensino fundamental*. https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_32_1421443852.pdf?utm.
- Monteiro, M. (2022). *Políticas Públicas*. Gama, DF: UNICEPLAC.
- Monteiro, S. R. R. P. (2011). O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, 17(2), 29-40. <http://www.rle.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/695>.
- Moura, E. C. et al. (2000). Perfil lipídico em escolares de Campinas, SP, Brasil. *Revista Saúde Pública*, 34(5), 499-505. <https://doi.org/10.1590/S0034-8910200000500010>.
- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Ruas – 1985-1995*. (1995). Brasília, DF.
- Neira, M. G. (2008). *Educação física na perspectiva da cultura*. São Paulo: Cortez.
- Nista-Piccolo, V. L. (2017). *Corpo em Movimento na Educação Infantil*. São Paulo: Cortez.
- Oliveira, A. F. S. & Souza, J. M. (2013). A importância da psicomotricidade no processo de aprendizagem infantil. *Revista Fiar: Revista Núcleo de Pesquisa e Extensão Ariquezes*, 2(1), 125-146.
- Oliveira, J. C. B., Silva Filho, J. N. & Elicker, E. (2014). Esporte: um meio de socializar e educar crianças. *Efdesporte*, 19, 193. <https://www.researchgate.net/publication/263162168>.
- Pacífico, A. B. (2023). *Atividade física e saúde na infância e na adolescência* (1ª ed.). Curitiba: Intersaberes.
- Papalia, D. E. (2013). *A psicologia da inteligência*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Edição Digital. Petropolis: Vozes.
- Papalia, D. E. & Martorell, G. (2021). *Desenvolvimento Humano* (14ª ed.). Porto Alegre: Mcgraw Hill Brasil.
- Papalia, D. E. & Martorell, G. (2022). *Desenvolvimento Humano* (14ª ed.). Porto Alegre: McGraw Hill Brasil.
- Papalia, D. E., Olds, S. W. & Feldman, R. D. (2006). *Desenvolvimento Humano* (8ª ed.). Porto Alegre: ARTMED.
- Piaget, J. (1999). *Seis estudos de psicologia* (24ª ed.). Tradução de Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Piaget, J. (1964). *A formação do símbolo na criança: Imitação, jogo e sonho, imagem e representação* (3ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Priore, M. (2000). *História das crianças no Brasil*. (Org.) São Paulo: Contexto.
- Rabello, E. T. (2001). *Personalidade: estrutura, dinâmica e formação – um recorte eriksoniano* (Monografia, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- Rappaport, C. R., Fiori, W. D. R. & Davis, C. (1981). *Psicologia do Desenvolvimento*. São Paulo: EPU.
- Ribeiro, A. G. P. et al. (2020). Relação do Ambiente Escolar e Familiar com o Nível de Atividade Física em Crianças. *Revista Contexto & Saúde*, 20(40). <http://dx.doi.org/10.21527/2176-7114.2020.40.75-84>.
- Rizzini, I. (2000). Pequenos trabalhadores do Brasil. In: Priore, M. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*. 20(2), 5-6.
- Samulski, D. (2002). *Psicologia do Esporte*. São Paulo: Manole LTDA.
- Santos, A. R., Zechin, J. P. & Zechin, E. J. (2025). A influência da família na prática de atividades físicas em crianças e adolescentes: uma revisão integrativa (2020-2025). *Brazilian Journal of Health Review*, 8(4), 1-12. <https://doi.org/10.34119/bjhrv8n4-004>.
- Sayão, D. T. (2002). Corpo e movimento: notas para problematizar algumas questões relacionadas à educação infantil e à educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 23(2), 55-67. <https://scispace.com/pdf/corpo-e-movimento-notas-para-problematizar-algumas-questoes-294o7tkzpp.pdf?utm>.
- Schildkamp, K. et al. (2020). Formative assessment: A systematic review of critical teacher prerequisites for classroom practice. *International Journal of Education Research*, 103(1), 1-16. <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2020.101602>.
- Silva, G. C., Santos Silva, R. A. & Neto, J. L. C. (2017). Saúde mental e níveis de atividade física em crianças: uma revisão sistemática. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 25(3), 607-615. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR0905>.
- Silva, R. C. & Barbanera, P. O. (2022). A influência da educação física no desenvolvimento motor dos alunos na educação infantil. *Revista Eletrônica Nacional de Educação Física*, 5(5), 180-191. <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renef/article/view/5243/5356>.
- Snyder, H. (2019). *Literature review as a research methodology: An overview and guidelines*. *Journal of Business Research*, 104, 333-339. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>.
- Souza, J. M. D. & Veríssimo, M. D. L. O. R. (2015). Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 23(6), 1097-1104. <https://doi.org/10.1590/0104-1169.0462.2654>.
- Souza-Lima, J. et al. (2020). Detecção de talentos esportivas com a estratégia z-estudo transversal. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 26 (1), 147-152. <https://doi.org/10.1590/0104-1169.0462.2654>.

Souza, M. T. A., Silva, M. D. & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8(1), 102-106. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>.

Souza Ribeiro, A. A. et al. (2025). O ensino dos esportes e das artes marciais na formação de crianças e adolescentes: uma revisão narrativa de literatura. *Revista Delos*, 18(66), e4723-e4723. 10.55905/rdelosv18.n66-073.

Tani, G. O. & Corrêa, U. C. (2021). *Aprendizagem motora e o ensino do esporte*. Editora Blucher.

Teles, A. D. S. G. et al. (2025). O futebol infantil como ferramenta para o desenvolvimento socioemocional: competitividade, cooperação e aprendizagem lúdica na primeira infância. *Aracê*, 7(2), 8748-8767. <https://doi.org/10.56238/arev7n2-244>.

Torregrosa, M. et al. (2008). El clima motivacional y el estilo de comunicación del entrenador como predictores del compromiso en futbolistas jóvenes. *Psicothema*, 20(2), 254-259. <https://www.redalyc.org/pdf/727/72720213.pdf>.

Trindade, M. F. & Faleiros, F. (2021). Revisão integrativa em ciências humanas: possibilidades metodológicas. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online*, 13(1), 320-326.

Vieira, L. (2019). A política nacional X Detecção dos talentos esportivos. *Revista de Trabalhos Acadêmicos-Campus Niterói*, 1(15), 1.

Vieira, L. et al. (2018). Política nacional para a detecção de talentos esportivos: uma proposta baseada em experiências de sucesso. *Journal of Physical Education*, 87(3), 461-472. <https://doi.org/10.37310/ref.v87i3.801>.